



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: O QUE DIZEM AS PESQUISAS?

AILTA BARROS DE SOUZA¹

ANA CLARA NICOLAU LOPES MOURA²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a política de assistência estudantil com foco nas pesquisas sobre o tema na Universidade de Brasília. Trata-se de um trabalho teórico, a partir de uma abordagem dedutiva, onde se analisa a assistência estudantil de uma perspectiva macro ou nacional para, em seguida, tratar do seu significado na Universidade de Brasília, a partir dos achados na produção científica sobre o tema. A abordagem da assistência estudantil é feita no contexto do desenvolvimento do ensino superior público.

Palavras chave: Assistência estudantil, educação superior, permanência, diplomação.

ABSTRACT

This article aims to analyze the student assistance policy with a focus on research on the subject at the University of Brasília. This is a theoretical work, based on a deductive approach, where student assistance is analyzed from a macro or national perspective, and then it deals with its meaning at the University of Brasília, based on the findings in the scientific production on the subject. The approach to student assistance is done in the context of the development of public higher education.

Keywords: Student assistance, higher education, permanence, graduation.

¹ Universidade de Brasília

² Universidade de Brasília

I. Introdução

A criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 do Ministério da Educação e posteriormente pelo Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, foi um marco que favoreceu a expansão do Ensino Superior no Brasil, visto que possibilitou a permanência e a diplomação de estudantes oriundos de famílias pobres ou de baixa renda nas Universidades Federais. O PNAES tem como objetivo “Promover a ampliação das condições de permanência dos estudantes na Educação Superior pública federal, (Brasil, 2010). Outro grande marco do início do século XXI na educação superior brasileira foi a promulgação da Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que estabelece o Sistema de Cotas na Universidades Federais. A referida lei foi alterada em dezembro de 2016 pela Lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. O PNAES tem sido decisivo à garantia de implementação da Lei 12.711, que traz consigo também a garantia das cotas raciais.

A Universidade de Brasília – UnB, tem longa tradição na formulação e implementação de políticas de assistência estudantil que antecede o governo federal. As primeiras ações de garantia à permanência estudantil na UnB datam de 1986, quando a Diretoria de Serviço Social foi criada, passando a ser denominada de Diretoria de Desenvolvimento Social – DDS, após mudanças organizacionais (Oliveira,2019,p.134). A DDS conta com uma equipe multiprofissional, formada por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, estatísticos, administradores, além de assistentes administrativos, técnicos em assuntos educacionais, secretárias executivas, administrador predial e estagiários de nível superior. A DDS compõe a estrutura do Decanato de Assuntos Comunitários e as pautas tratadas por este Decanato são apreciadas pela Câmara de Assuntos Comunitários (CAC). Apesar de a gestão dos programas de Assistência Estudantil estar concentrada no campus Darcy Ribeiro, há profissionais que atuam nos *Campi* descentralizados, sendo eles: Faculdade de Ceilândia (FCE), Faculdade do Gama (FGA) e Faculdade de Planaltina (FUP) (Oliveira. 2019, p. 135).

A UnB possui uma organização semelhante à de uma cidade de pequeno porte, com população de aproximadamente 55 mil pessoas. Com 150 cursos de graduação, 91 cursos de mestrado e 69 de doutorado, além de 297 cursos de extensão e 461 projetos de extensão, conforme os dados do Anuário Estatístico da UnB de 2019, a Universidade possui 39.610 alunos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de graduação, 8.435 alunos da pós-graduação, 2.818 docentes e 3.171 técnicos administrativos. Para atender a uma população tão extensa, a Universidade conta com o Campus Darcy Ribeiro, e três *Campi* (Gama, Planaltina e Ceilândia), além do Hospital Universitário e da Fazenda Água Limpa, mais a Biblioteca Central (BCE), o Restaurante Universitário (RU) e a Editora Universidade de Brasília (EDU) (UnB, 2019, p. 31-36).

O presente artigo tem como objetivo analisar a política de assistência estudantil com foco nas pesquisas sobre o tema na Universidade de Brasília. Trata-se de um trabalho teórico, a partir de uma abordagem dedutiva, onde se analisa a assistência estudantil de uma perspectiva macro ou nacional para, em seguida, tratar do seu significado na Universidade de Brasília, a partir dos achados na produção científica sobre o tema. A abordagem da assistência estudantil é feita no contexto do desenvolvimento do ensino superior público, embora, ela não se restrinja apenas a esse nível de ensino.

II. Assistência estudantil na UnB

A Universidade de Brasília oferece atualmente 9 (nove) programas de assistência estudantil: Bolsa Alimentação, Programa Bolsa Alimentação Complementar, Programa Auxílio Socioeconômico-PASeUnB, Programa Moradia Estudantil Graduação - PME-G, Programa Moradia Estudantil Pós-Graduação (PME-PG), Programa Auxílio Transporte, Programa Auxílio Emergencial, Programa de Acesso a Língua Estrangeira e Programa Vale Livro. Os estudantes em vulnerabilidade também têm acesso ao programa Bolsa Permanência do Ministério da Educação. Sant'Anna e Moreira (2019, p. 13) apontam outras iniciativas, de cunho psicopedagógico, com o intuito assegurar a permanência e a diplomação do estudante no Ensino Superior. Entre essas iniciativas pode-se citar o apoio psicológico a alunos no Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (CAEP) e o atendimento a estudantes com deficiência pela Diretoria de Acessibilidade (DACES), dentre outros.

III. Assistência estudantil em tempos de pandemia

A pandemia da COVID-19 que chegou ao Brasil no início de março de 2020 trouxe a necessidade de adaptação por parte da população e dos setores produtivos para impedir o avanço do vírus, não se fazendo diferente nas atividades educacionais. Para garantir as medidas de segurança, o Governo do Distrito Federal adotou medidas a partir do decreto nº 40.520, de 14

de março de 2020, posteriormente revogado pelos Decretos N° 40.520, de 14 de março de 2020 e depois pelo Decreto 40.550 de 23 de março 2020, e assim sucessivamente, a fim de readaptar as condições de funcionamento do comércio e das instituições públicas em geral, em função dos avanços no controle da Pandemia do Coronavírus/Covid-19.

Em decorrência da pandemia e das ações do Governo do Distrito Federal (GDF), a UnB precisou adaptar-se a situação e em março de 2020 o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) decidiu, por meio da resolução N° 0015/2020, suspender as atividades do 1° semestre de 2020 pelo tempo que perdurasse a situação de emergência em Saúde Pública. Em consequência da negligência das medidas e recomendações de segurança emanadas pela Organização Mundial de Saúde – OMS, por parte do Governo Federal, a pandemia logo se desenvolveu e trouxe grandes impactos para a população. Face à necessidade de voltar às atividades letivas, mas em meio ao cenário de calamidade em Saúde Pública, a Universidade de Brasília desenvolveu atividades de forma remota, seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde – OMS e do Governo do Distrito Federal - GDF. Inicialmente, baseadas na Portaria n° 544, de 16 de junho de 2020 do Ministério da Educação, as aulas retomaram de forma remota em agosto de 2020. Em dezembro de 2020, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, lançou a resolução n° 0117/2020, que dispôs “sobre o planejamento e a execução de atividades de ensino-aprendizagem e de extensão nos cursos de graduação e de pós-graduação da UnB durante a pandemia da Covid-19, para o segundo semestre de 2020 (2/2020)” (UnB, 2020). A resolução da Universidade de Brasília teve como base para sua formulação a Portaria n° 1.038, de 7 de dezembro de 2020, do MEC.

Santos, Abrantes e Zonta (2021, p. 223), em artigo que tem como foco as limitações orçamentárias na Universidade de Brasília, além dos impactos da pandemia da COVID-19 na sociedade e nos processos de trabalho e estudo, afirmam que a Universidade de Brasília precisou adaptar-se não apenas no campo do atendimento aos estudantes já beneficiários da Assistência Estudantil, mas também no da implementação e adaptação de programas a fim de possibilitar a redução dos efeitos da pandemia, além da inclusão digital e, conseqüentemente, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade na Universidade.

Lima (2020), que analisou a experiência profissional durante os meses de março a setembro de 2020, afirma que, ao final do mês de março e início do mês de abril, um dos principais desafios era a garantia do auxílio alimentação aos estudantes que são usuários do auxílio, visto que devido



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ao fechamento do Restaurante Universitário, tal situação poderia colocar esses estudantes em situação risco alimentar. O Decanato de Assuntos Comunitários instituiu o Auxílio Alimentação Emergencial, por meio da resolução Nº 001/2020, com a previsão de atender 2.500 estudantes com o valor de R\$465,00 por parcela.

A pesquisa demonstrou que das turmas de graduação, 35,10% possibilitavam a realização de atividades domiciliares, atendendo a 54,32% dos estudantes matriculados. Por outro lado, a pesquisa apontou que 6% dos estudantes não possuem meios digitais que possibilitassem o acompanhamento das aulas remotas e outros 30% precisavam de melhor qualidade de acesso à internet para que pudessem acompanhar as aulas na modalidade remota (Lima. 2021, p. 237). Com base nesses os dados, foram criados programas de inclusão, ações da UnB e do Ministério da Educação, que possibilitaram o acesso ao ensino remoto e a continuidade dos semestres letivos do ano de 2020, sendo tais ações: Auxílio Transporte, Auxílio Alimentação Emergencial, Auxílio para Apoio à Inclusão Digital, Alunos Conectados (Ministério da educação) e a Estruturação de laboratório de informática na Casa do Estudante Universitário.

Vale ressaltar que a oferta dos programas de inclusão digital não se limitou aos estudantes que já faziam parte da Assistência Estudantil, visto que era necessário incluir também os calouros e os estudantes que são perfil, mas que não estavam inseridos no número de vagas oferecidas em editais anteriores. Lima (2020, p. 240) ressalta que dos três primeiros editais de inclusão digital, não houve demanda reprimida, ou seja, todos os estudantes que solicitaram e que preenchiam os requisitos impostos no edital foram contemplados com o auxílio.

IV. O que dizem as pesquisas sobre a Assistência Estudantil na Universidade de Brasília?

Demanda pelos programas de assistência da universidade.

Um dos elementos estruturantes das políticas públicas em geral é o orçamento, pois os recursos e suas alocações são decisivos para dar materialidade a tais políticas. No âmbito da Universidade de Brasília, as questões de orçamento têm sido, ao longo das últimas décadas, cruciais para o funcionamento da instituição. No entanto, seja devido aos cortes implementados pelo Governo Federal desde a aprovação da Emenda Constitucional 95, seja devido às perseguições e sanções, além da difamação levada a termo pelo governo de Jair Bolsonaro e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

seus já três ministros da educação, a questão do financiamento das ações da UnB passou a ser pauta quase cotidiana, tendo sido tal processo agravado ainda mais pela Pandemia do Coronavírus e da Covid-19. Consequência de tal processo, o orçamento destinado à política de Assistência Estudantil também foi fortemente afetado e apresenta impactos diretos na quantidade de alunos que serão atendidos, na quantidade de novas vagas, além de outras questões.

Em estudo realizado por Santos, Abrantes e Zonta, em que os autores analisam as restrições e os retrocessos da política de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília, tratando principalmente das limitações orçamentárias impostas à educação a partir das medidas que alteraram a CF de 88, os autores explicam que o valor investido na Universidade anualmente é definido pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

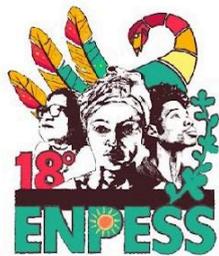
A partir do ano de 2016, após o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff e após a aprovação da Emenda Constitucional 95, constata-se que houveram reduções significativas no orçamento destinado aos investimentos e custeio das Universidades Federais, situação ainda mais agravada após o ano de 2019 quando o Ministério da Educação cortou e contingenciou os recursos destinados a UnB e a outras instituições de Ensino Superior Federais alegando que tais instituições faziam “balbúrdia”. Na Universidade de Brasília, esse contingenciamento afetou 34,1% dos recursos destinados ao custeio e investimentos (Santos, Abrantes e Zonta. 2021, p. 2019).

No âmbito da Assistência Estudantil nota-se um crescimento modesto no orçamento aplicado. Observe:

TABELA 4 – Execução Orçamentaria da Ação 4002 (Assistência Estudantil- PNAES) 2014 A 2019.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Valor	21.616.053, 87	27.516.618, 54	30.886.439, ,7	30.654.030, 91	30.980.370, 00	34.137.849, 00
Variação (%)	-	27,30%	12,24%	-0,75%	1,06%	10,19%

Extraído de: Santos, Abrantes e Zonta. 2021, p. 222.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

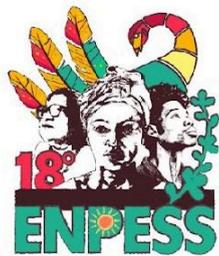
Conforme a tabela, é possível observar um crescimento significativo nos primeiros anos analisados, havendo uma variação de 27,30% entre 2014 e 2015, contudo, a partir da implementação da Emenda Constitucional Nº 95 a variação torna-se mais modesta, chegando até mesmo a ter uma variação negativa de 0,75% no ano de 2017. A variação entre os anos de 2014 e 2019 foi um crescimento de 50,04 pontos percentuais, considerando variações positivas e negativas.

TABELA 5 – Usuários da Assistência Estudantil UnB

Ano	Número de PPAES	Variação (%)	Solicitação de participação	Bolsas concedidas	Demanda Reprimida
2013	3.216	23,50%	-	-	-
2014	4.182	30,04%	-	966	-
2015	4.816	15,16%	1.377	634	743
2016	5.391	11,94%	3.246	575	2.671
2017	6.768	25,54%	2.421	1.377	1.044
2018	7.294	7,8%	3.855	526	3.329
2019	6.455	-11,50%	4.221	2.566	3.382

Extraído de: Santos; Abrantes e Zonta. 2021, p. 221.

A partir do ano de 2013 observa-se um crescimento expressivo na quantidade de estudantes considerados perfil para a Assistência Estudantil e que já são beneficiários da bolsa alimentação. Contudo é importante observar que ao mesmo tempo em que se observa a ampliação significativa da demanda, o valor orçado não acompanha, chegando a ser reduzido no ano de 2017. Devido a junção desses dois fatores é possível notar um aumento considerável na demanda reprimida, sendo de 355,18% entre os anos de 2015 e 2019. Também é importante salientar que o aumento de bolsas concedidas em 2017 não ocorreu devido ao incremento do orçamento, mas sim devido a quantidade de estudantes que se desvincularam da Assistência Estudantil por diversos motivos, a necessitarem estudos posteriores. Outro fator que ocasionou grande impacto foi o congelamento



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de novas inscrições do Programa Bolsa Permanência do MEC, em 2016, o que gerou pressão para a ampliação do Programa Auxílio Socioeconômico da Universidade para atender esses estudantes (Santos, Abrantes e Zonta. 2021, p. 222).

Em estudo realizado por Oliveira (2019, p. 176), cujo objetivo foi analisar a política de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília e as condições de permanência dos estudantes que entram por meio de cotas sociais, é possível constatar mais claramente a demanda reprimida em cada um dos programas da Assistência Estudantil no 1º semestre de 2018. A tabela abaixo apresenta uma síntese:

TABELA 6 – Análise dos Programas de Assistência Estudantil da UnB, Segundo a Oferta de Vagas, Estudantes Selecionados e Estudantes em Lista de Espera (1º Semestre/2018)

Programas	Vagas previstas em edital	Selecionados		Lista de espera perfil		Desclassificados Não Perfil		Total de solicitações
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	
PASeUnB	104	206	17%	962	77 %	78	6%	1.246
Moradia	116	101	27%	144	38 %	133	35%	378
Transporte	100	100	39%	43	17 %	116	45%	259
Creche	10	10	24%	23	56 %	8	20%	41
Alimentação	-	1.083	98%	0	0	24	2%	1.107
Moradia PCD*	4	2	13%	0	0	13	87%	15

Retirado de: Oliveira. 2019, p. 176.

Notas:

*PCD (Pessoa Com Deficiência)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ao analisarmos a tabela é possível notar que no 1º semestre de 2018 o programa que alcançou o maior percentual de alunos selecionados em comparação a quantidade de solicitações foi o auxílio transporte, selecionando 39% do total de solicitações, sendo seguido pelo Auxílio moradia com 27%, Auxílio creche com 24%, PaseUnB com 17 % e por último o auxílio moradia PCD com apenas 13% do total de solicitações atendidas. É importante considerar também que houve um aumento de 102 vagas para o programa Auxílio Socioeconômico em relação ao que havia sido previsto em edital, não obstante o aumento, o montante alocado ainda não foi suficiente, contemplando apenas 17% do total dos alunos que solicitaram. No caso do Auxílio Moradia, normal e PCD, chama a atenção o fato de que foram chamados 15 alunos a menos no auxílio moradia normal e 2 alunos a menos no auxílio moradia PCD, em relação ao previsto inicialmente.

Perfil dos usuários da assistência estudantil da UnB, segundo raça e sexo

Ao se analisar o perfil do usuário da Assistência Estudantil, um dos dados mais expressivos é a situação econômica, tendo em vista que o Decreto do PNAES, estabelece:

“Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior”

No entanto, outros fatores também são essenciais para se traçar um perfil dos estudantes que são atendidos pelo PNAES, a fim de se possibilitar uma compreensão mais pertinente sobre a relação entre Assistência Estudantil no âmbito do ensino superior e a garantia de permanência e de diplomação. Silva(A) (2020), realizou estudo sobre a permanência dos estudantes usuários da Assistência Estudantil na Universidade de Brasília, a partir de um levantamento de dados referente ao perfil dos estudantes que ingressaram na Assistência Estudantil no 2º semestre de 2017. Observe-se a tabela seguinte:

TABELA 7 – Ingresso de Usuários da Assistência Estudantil do 2º Semestre de 2017, por Sexo/Raça.

	Feminino	Masculino	Total	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena	Total
Nº	2.995	2.243	5.238	1.307	2.754	1.024	106	47	5.230



Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

%	57,2	42,8	100	25	52,7	19,6	2,0	0,7	100
---	------	------	-----	----	------	------	-----	-----	-----

Retirado de: Silva(A). 2020, p. 33

*O total de estudantes em relação ao sexo é diferente do total em relação à raça/etnia provavelmente porque há um número de estudantes (8) que não declarou raça/etnia.

Em conformidade com a tabela, observa-se o que muitas outras pesquisas sobre escolarização no Brasil têm demonstrado: as mulheres são mais interessadas e esforçadas do que os homens (Rêses, 2012, p.419-452), visto que 57,2 % dos estudantes que ingressaram na Assistência Estudantil no referido semestre são do sexo feminino. Além disso, dos 5.238 estudantes com estudo concluído junto a Diretoria de Desenvolvimento Social no referido semestre (2º 2017), apenas 25% se autodeclaravam brancos, e 75% se declaravam como pretos, pardos, indígenas ou amarelos (Silva(A) 2020, p. 33). Conforme Silva(A) (2020, p. 35):

“Os dados revelam ainda que o perfil do demandante da política de Assistência Estudantil da UnB é formado pela maioria de discentes da cor negra (somando-se pretos e pardos) e do sexo feminino, sendo todos oriundos de escola pública, evidenciando o quanto a sociedade brasileira ainda mantém um padrão racista nas relações que estabelece, onde negros e mulheres se mantêm à margem do acesso aos direitos que são ditos universais.”

Ou seja, o perfil dos estudantes que são usuários da Assistência Estudantil reflete a estrutura da sociedade em que estamos inseridos, visto que esse perfil apresenta a posição desigual em que os negros e as mulheres se encontram na Universidade e na sociedade. Ao analisar o sistema de ingressos dos estudantes que são usuários da Assistência Estudantil os dados referentes a raça são evidenciados. Observe:

TABELA 8 – Estudantes Participantes dos Programa de Assistência Estudantil Segundo Forma de Ingresso e por Cotas - Valores Absolutos e Percentual - UnB

Sistemas de concorrência	Absoluto	%
Total Assistência Estudantil	5.238	100,0
Universal	1.783	34,0
Cotas geral	3.455	65,0
Escola Pública	3.144	60,0



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Alta Renda	1.168	22,3
PPI	798	15,2
Não PPI	370	7,1
Baixa renda	1.976	37,7
PPI	1.251	23,9
Não PPI	725	13,8
Indígena	25	0,5
Negro	286	5,5

Retirado de: Silva(A) (2020, p. 34)

Segundo os dados da tabela, dos estudantes que ingressaram na Assistência Estudantil no referido semestre (2º 2017) 65% ingressaram por meio de algum tipo de cota, sendo que 60% do total ingressou por meio de cotas para escolas públicas e dos que ingressaram por meio de cotas, apenas 20,9 não entraram por meio do recorte de raça (PPI). Um dado bastante relevante que é explicitado na tabela e que precisa ser considerado é que grande parte desses estudantes são provenientes de escolas públicas, ou seja, ainda é necessário fazer uma reflexão segundo a relação raça x escolaridade. Isso porque o Brasil possui um caráter fortemente racista (embora se diga que somos cordiais!) e eurocentrado, o que termina por desvalorizar o indivíduo pela sua cor de pele, fazendo com que pessoas negras e pardas tenham menos oportunidades, mesmo quando a quantidade de anos estudados é a mesma entre um indivíduo branco e um indivíduo negro. Além disso, a tabela reforça a afirmação de que a elite teve o acesso ao melhor do ensino público nas Universidades Federais, em função do privilégio do acesso à educação privada na educação básica, enquanto a escola pública para a mesma educação de base se institucionalizou com uma escola pobre e para os pobres.

Silva(A) também traz considerações muito importantes realizadas por Quijano (2005) referente aos padrões de poder que imperam na sociedade desde o período da colonização visto que esses padrões de poder ainda se fazem presentes na nossa sociedade atual. Isso posto, significa que as políticas públicas, e aqui em especial as de educação, ainda apresentam forte influência de aspectos históricos, políticos, econômicos e ideológicos. Daí porque, muitas vezes, tais políticas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

públicas são vistas como meio de “pagar uma dívida histórica” e não como meio de inclusão social de indivíduos que foram historicamente submetidos a margem da sociedade.

Salienta-se também que o público atendido pela Assistência Estudantil, até pouco tempo atrás, não tinha tantas oportunidades de acesso ao Ensino Superior, dadas as condições de institucionalização de tal política no Brasil. Sobre tão imperiosa questão, Silva(A) (2020, p. 37) adverte:

“[...]a conquista do acesso ao ensino superior não se traduz, necessariamente, na garantia da permanência. Cabe à Universidade rever (pré) conceitos e estabelecer novas práticas que reconheçam as diferenças e ponham em pauta as demandas desse público”.

A avaliação contínua dos programas oferecidos e do impacto que esses programas têm na vida dos estudantes beneficiários, reconhecendo as diferenças e as dificuldades enfrentadas pelos mesmos se faz essencial para que a política seja efetivamente considerada como um meio de inclusão e de garantia de permanência. Silva(A) (2020), apresenta em seu estudo, alguns achados segundo o relatório da Controladoria Geral da União – CGU, de 2017:

“Verificou-se também que metade das IFES analisadas não incorpora as demandas dos estudantes no processo de estabelecer as áreas onde os recursos serão utilizados. Essa distância do corpo discente traz os riscos da menor participação dos alunos e, conseqüentemente, menor acompanhamento, monitoramento, transparência do programa, maior risco de ocorrer irregularidades e dos recursos não terem sua melhor utilização” (Brasil, 2017 *apud*. Silva(A). 2020, p. 36).

A partir disso, pode-se afirmar que o não acompanhamento do perfil do demandante e dos impactos em sua permanência acadêmica ocasionam falhas na política, gerando maior risco de irregularidades, além de não se fazer cumprir seu principal objetivo que é promover a permanência e a conclusão do Ensino Superior a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

V. Importância da assistência estudantil na UnB

Ao se falar de políticas públicas é necessário compreender que a análise dos impactos de tais políticas é essencial para sua manutenção e atualização. Assim, a avaliação de políticas é componente intrínseco das mesmas compondo o chamado ciclo da política pública e possibilitando as readequações e adaptações das mesmas a fim de garantir a sua eficácia ou realização de seus objetivos. Conforme pesquisa realizada por Silva(B) (2016, p. 38) com



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estudantes da Universidade de Brasília, com o intuito de “avaliar o impacto de possíveis dificuldades enfrentadas pelos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica no seu desempenho acadêmico” (Silva(B). 2016, p. 35), o autor busca compreender quais os auxílios que mais têm impacto na vida dos estudantes. Para tanto, foram avaliados o conhecimento, a qualidade e a importância dos programas em três graus: maior, intermediário e menor. Seguindo a ordem adotada pelo autor ao analisar os programas da Universidade de Brasília, foram abordados em ordem dos programas mais importantes para aqueles programas considerados de menor importância, a partir da percepção do estudantes que participaram da pesquisa de Silva(B). Observe a tabela abaixo:

TABELA 9 - Avaliação dos Programas de Assistência Estudantil da UnB.

GRUPOS	CONHECIMENTO	IMPORTÂNCIA	QUALIDADE
MAIOR	PASeUnB	PASeUnB, PAA e PME/G	PAA
INTERMEDIÁRIO	AA, PME/G e PALE	PBP/MEC, PAE e PALE	PALE, PME/G, PVL, PAE e PBP/MEC
MENOR	PVL, PAE e PBP/MEC	PVL	PASeUnB

Nota: PASeUnB – Programa Auxílio Socioeconômico; PAA – Programa Auxílio alimentação; PME/G – Programa Moradia Estudantil/Graduação; PALE - Programa de Acesso à Língua Estrangeira; PBP/MEC – Programa Bolsa Permanência do Ministério da Educação; PAE - Auxílio Emergencial; PVL - Vale Livro

Retirado de: Silva(B). 2016, p. 40.

Em nível de importância foi constatado que as necessidades básicas ainda são as maiores preocupações dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, sendo considerados por eles o Programa Auxílio Socioeconômico, a Moradia Estudantil e a Bolsa Alimentação como os programas que mais afetam suas vidas acadêmicas, indicando que tais programas deveriam ter prioridade em caso de atualização.

O Programa Moradia Estudantil Graduação, que é considerado um dos programas mais importantes da Universidade de Brasília, não foi classificado como um programa de melhor qualidade ou de maior conhecimento o que sugere que há uma necessidade de intervenção (Silva(B). 2016, p. 42). Em relação ao PaseUnB o auxílio foi considerado como de maior importância e conhecimento, contudo de menor qualidade. O autor afirma, de acordo com os dados da pesquisa, que as principais críticas em relação ao auxílio são voltadas para o baixo valor e uma quantidade insuficiente de vagas, ou seja, a universalização aparece como o principal desafio a ser enfrentado (Silva(B). 2016, p. 41).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Já ao analisar o Programa Bolsa Alimentação, considerado como de maior grau de qualidade e importância, o autor considera que sua qualidade provavelmente se dê em função do fácil acesso, contudo a incompatibilidade de horários e a não opção do auxílio em pecúnia são aspectos dificultadores, além do valor incompatível para suprir as três refeições diárias, quando pago em pecúnia devido ao fechamento do restaurante, ou seja, o valor de R\$15 é suficiente apenas para uma refeição tipo Marmitex das mais baratas, se encontrar.

Silva(B) (2016, p. 41) analisou, também, as críticas e sugestões feitas pelos estudantes usuários da Assistência Estudantil da Universidade para compreender em quais aspectos a política ainda precisa ser pensada e melhorada. O resultado demonstrou que os principais aspectos estão relacionados: I) ao baixo valor dos benefícios e necessidade de atualização monetária; II) ao constante atraso nos pagamentos; III) ao número de benefícios insuficiente para contemplar a demanda potencial; IV) a dificuldades do corpo discente na inscrição e renovação de inscrições; e V) à falta de informações da DDS e à falta de controle e fiscalização. Ainda, segundo o autor:

“Tal como o PASEUnB, as principais críticas dos estudantes para o Programa Moradia Estudantil/Graduação (PME/G) – Pecúnia; concernem ao seu baixo valor e atrasos no pagamento. O pagamento de valores insuficientes obriga os estudantes a alugarem imóveis na periferia do DF, aumentando custos com transporte e dificuldades de locomoção. As demais críticas foram marginais, destacando sugestões para uma flexibilização das regras de inclusão no programa, privilegiando uma análise individualizada de cada caso como, por exemplo, a possibilidade de participação de estudantes que possuem parentes no DF ou que possuam problemas familiares, mesmo que não estejam em condição de vulnerabilidade econômica” (SILVA(B). 2016, p. 42).

Na análise dos demais programas oferecidos pela UnB, foram classificados como de importância intermediária o Auxílio Emergencial e o Acesso a Língua Estrangeira, sendo sugerido por Silva(B) (2016, p. 45) que esses programas sejam colocados em segundo plano em casos de intervenções e modificações dos programas pela DDS-UnB.

Ao considerar o programa Vale Livro, o autor constatou um baixo nível de relevância, visto que o valor concedido é baixo, que há uma carência de publicações em determinadas áreas de conhecimento e a falta de informação sobre o programa, além disso, o autor constatou que muitos estudantes utilizam-se pouco do desconto, visto que com a proximidade da Universidade os discentes utilizam com maior frequência a biblioteca ou, nos demais casos, preferem acessar os livros de forma gratuita por meios digitais (Silva(B). 2016, p. 50).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Entre as principais críticas feitas pelos estudantes em relação ao Auxílio Emergencial cita-se o processo burocrático e lento, a falta de conhecimento do programa e a limitação do acesso. Já no que concerne o acesso a línguas estrangeiras, as principais críticas relacionam-se ao baixo número de vagas, a divulgação do programa e a problemas de gestão (Silva(B). 2016, p. 48).

Ao se pensar nas críticas feitas pelos estudantes e retomando o orçamento disponibilizado para a UnB nos últimos anos, é importante analisarmos quais aspectos são mais importantes a serem considerados no que tange à atualização dos programas, visto que conforme demonstrado anteriormente, o orçamento que vem sendo disponibilizado não acompanha o crescimento da demanda o que, de *per si*, já vem ocasionando uma dificuldade em atender a todos que necessitam da Assistência Estudantil. Dessa forma, se há um aumento no valor do Auxílio Socioeconômico, como foi sugerido por estudantes que participaram da pesquisa de Silva(B), compreende-se que a demanda reprimida será muito maior que a atual, ou seja, o valor que é disponibilizado não seria o suficiente para atender a todas as demandas, sendo necessário analisar quais aspectos causam maior impacto na vida dos estudantes para que a Universidade possa atender melhor aos estudantes que necessitam da Política de Assistência Estudantil.

VI. Conclusão

A análise realizada a partir da produção científica sobre a AE demonstra que a mesma é um componente decisivo na garantia de permanência e diplomação de alunos, especialmente do sexo feminino, de origens sócio familiares entre as de baixa renda e de cor preta ou parda. Embora os estudos não tratem das populações indígenas especificamente, pode-se afirmar tal etnia precisa de atenção especial pelos programas de AE tendo em vista suas origens e especificidades dos modos de vida de cada povo indígena. Ainda, a crise econômica que assola o país aumenta a demanda por AE ao mesmo tempo em que o governo federal se empenha em destruir todas as políticas criadas nos últimos 20 anos, instaurando o caos na educação superior brasileira e afetando aqueles que mais precisam dela: os historicamente excluídos: pretos, pobres, moradores das periferias, indígenas e mulheres.

A promulgação da Lei Nº 14.914, de 3 de julho de 2024 foi uma tentativa do Congresso Nacional de atualizar o PNAES desde a sua primeira versão instituída pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e do Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010 e teve amplo debate durante a Greve de Professoras e Professores e demais trabalhadoras(es) d educação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

superior. No entanto, a respectiva Lei Nº 14.914 condiciona a execução da PNAES à existência de dotação orçamentária e não prevê novas fontes de financiamento ficando a sua execução comprometida. A referida lei foi objeto de 4 vetos pelo Executivo Federal, todos eles cuidando de desobrigar o Estado na garantia de implementação do PNAES.

VII. Bibliografia

BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES.

_____. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

_____. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

LIMA, Jackeline Soares. **A assistência estudantil na universidade de Brasília durante a pandemia do covid-19.** Cadernos Cajuína, V. 6, N. 3, 2021.

OLIVEIRA, Etiene de Souza Lima. **Acesso e permanência de estudantes cotistas na universidade de Brasília: estratégias para democratização da educação superior.** 2019. Tese (pós-graduação em educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019

_____. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19.

_____. **Portaria mec nº 1.038, de 7 de dezembro de 2020.**

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 40.520, de 14 de março de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências.

_____. **DECRETO Nº 40.550, DE 23 DE MARÇO DE 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

OLIVEIRA, Etiene de Souza Lima. **Acesso e permanência de estudantes cotistas na universidade de Brasília**: estratégias para democratização da educação superior. 2019. Tese (pós-graduação em educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

RÊSES, Erlando Silva. **Singularidade da profissão de professor e proletarização do trabalho docente na Educação Básica**, SER Social, Brasília, v. 14, n. 31, p. 419-452, jul./dez. 2012.

SANT'ANNA, Marcia Costa; MOREIRA, Geraldo Eustáquio. **CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**: um enfoque na Universidade de Brasília. Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano - v. 12, n. 3, edição 25, p. 07-19, Set./Dez. 2019.

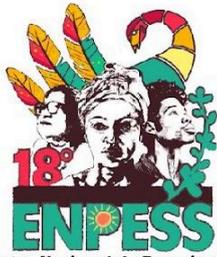
SANTOS, Carolina Cassia Batista; ABRANTES, Patricia Paulino Muniz de; ZONTA, Rafael. **Limitações orçamentárias**: desafios à assistência estudantil da UnB em tempos de pandemia. Cadernos Cajuína, v. 6, n. 3, p. 213-227, 2021. Disponível em: <<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/503>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Anuário estatístico da UnB 2019**: Período 2014 a 2018.

_____. **Resolução do conselho de ensino, pesquisa e extensão nº 0015/2020**. Suspende o calendário acadêmico do primeiro semestre letivo de 2020 da Universidade de Brasília.

_____. **Resolução do conselho de ensino, pesquisa e extensão nº 0117/2020**. Dispõe sobre o planejamento e a execução de atividades de ensino-aprendizagem e de extensão nos cursos de graduação e de pós-graduação da UnB durante a pandemia do Covid-19, no 2/2020.

SILVA, Flávia Alves da. **PARA ALÉM DO ACESSO**: A permanência dos estudantes participantes da política de assistência estudantil na unB - realidade e perspectivas. 2020. Tese (mestrado em educação). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília, 2020. Pág. 21-32.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SILVA, Pedro Viera da. **Avaliação e importância dos programas de assistência estudantil da universidade de Brasília – UnB**. Tese (mestrado em gestão pública). Faculdade de Planaltina, Universidade de Brasília. Brasília, 2016.